

# Especialistas apontam os sete pecados da Segurança Pública

Resolver a crise na área de segurança não é uma questão apenas de dinheiro. Os recursos podem ser sempre insuficientes se não houver uma gestão eficaz do sistema de prevenção e repressão ao crime

Texto **JUSSARA BAPTISTA** jussarab@redgazeta.com.br  
Foto **ARQUIVO**

**D**inheiro nem sempre é o problema na elaboração de planos contra a violência pública. O Estado, por exemplo, possui 8 milhões para aplicar em projetos, que reduzam a criminalidade este ano, além de verbas federais, que são enviadas por convênios. O grande dilema, no entanto, pode estar na decisão acertada de como usar o dinheiro. Dependendo da política adotada, os investimentos podem estar indo ralo abaixo.

Diante de tantos problemas, como a queima de ônibus, escalada do tráfico de drogas, caos no sistema carcerário, a segurança pública continua sendo o verdadeiro calcanhar-de-aquiles dos governantes. A pedido de A GAZETA, estudiosos indicaram os sete "pecados", cometidos pelas administrações públicas.

Para o sociólogo e especialista em estudos sobre violência, Michel Misse, um dos principais equívocos é não investir em tecnologia para tornar a investigação dos crimes eficiente. Segundo ele, apenas 3% dos homicídios são esclarecidos no país. "Não adianta agravar as penas, criando execuções e prisão perpétua. O importante é garantir que a punição seja certa e eficaz".

Misse destacou ainda que os governantes devem tirar o foco de repressão apenas das áreas pobres e colocar na prisão os criminosos da classe média. "Será a única forma de melhorar o sistema prisional. Enquanto pobres estiveram nas cadeias, não haverá interesse em melhorar o sistema". Indispensável, ainda, é criar novos postos de emprego. "O país precisa crescer, ofertar emprego, aumentar o valor do salário míni-

## 1 Falta de ações integradas entre as prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal

Na maioria dos estados brasileiros, incluindo o Espírito Santo, não há integração entre as três esferas do poder. Dessa forma, num exemplo hipotético, enquanto as prefeituras contratam guarda municipal, o Estado está investindo em armamento para a Polícia Militar e a Polícia Federal realizando operações isoladas. De acordo com os especialistas, é preciso ter um plano em comum para coibir a criminalidade na região metropolitana, incluindo a participação de todos. A falta de comunicação entre as cidades, o Estado e o Governo Federal e suas respectivas forças policiais é um dos entraves para combater a violência de forma eficiente.

## 2 Limitações no trabalho de investigação da Polícia Civil

Segundo estimativas nacionais, apenas 3% dos crimes são solucionados, ou seja, os autores são apontados e indiciados. Isso alimenta a impunidade e deixa o ambiente propício para novos delitos. Segundo os especialistas, a criminalidade é reduzida, quando o criminoso percebe que haverá risco para cometer o delito e a punição será certa. Investimentos na força de apuração da Polícia Civil deveria ser prioridade. Para isso, é preciso adquirir novas tecnologia para melhorar o trabalho da perícia técnica, fornecendo provas contundentes da autoria dos crimes. Usando, por exemplo, exames avançados de laboratório e bancos de dados interligados em todo o país.

## 3 Pouco investimento no sistema carcerário

A queima de oito ônibus, na região da Grande Vitória neste ano, revelou que o descaso com a situação dos internos no sistema carcerário pode trazer conseqüências para a segurança pública. Nesse caso, os investimentos devem ser voltados para acabar com a superlotação das unidades, criar programas de ressocialização, além de cumprir os prazos de julgamento dos processos, evitando o caso de presos que ficam na cadeia além do tempo previsto.

“As esferas do poder não estão se comunicando. Cada uma tem sua estrutura burocrática. É hora de romper a inércia e elaborar diagnósticos e ações em conjunto

A juventude está mais vulnerável ao crime e precisa de políticas públicas que garantam oportunidades de emprego e renda

**LUIZ EDUARDO SOARES**

Ex-secretário nacional de Segurança Pública

“Não se combate o tráfico apenas com repressão policial, é preciso mais do que isso: educação, saúde e ação social

As blitzes urbanas, em que os cidadãos são parados sem razão, favorecem a ação de maus policiais e trazem poucos resultados

**MICHEL MISSE**

Coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ



ção seja clara e eficaz”.

Misse destacou ainda que os governantes devem tirar o foco de repressão apenas das áreas pobres e colocar na prisão os criminosos da classe média. “Será a única forma de melhorar o sistema prisional. Enquanto pobres estiverem nas cadeias, não haverá interesse em melhorar o sistema”. Indispensável, ainda, é criar novos postos de emprego. “O país precisa crescer, ofertar emprego, aumentar o valor do salário mínimo”, completou Misse.

O ex-secretário nacional de segurança pública, Luiz Eduardo Soares, ressalta que precisa haver integração entre as esferas de poder, que devem se articular e criar políticas integradas, priorizando a área social. “É preciso combater a pobreza, o desemprego, criar programas para crianças com dificuldade de aprendizado, investir na saúde da população pobre”.

Neste ano, o Estado amarga mais uma crise na segurança: oito ônibus queimados, greve dos policiais civis e protesto dos militares. Mesmo com o abrandamento dos protestos, o Governo do Estado não descarta solicitar a presença da Força de Segurança Nacional.

## A juventude está mais vulnerável ao crime e precisa de políticas públicas que garantam oportunidades de emprego e renda

**LUIZ EDUARDO SOARES**

Ex-secretário nacional de Segurança Pública

”

## As blitzes urbanas, em que os cidadãos são parados sem razão, favorecem a ação de maus policiais e trazem poucos resultados

**MICHEL MISSE**

Coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ

”

# “Vamos investir em tecnologias”

O secretário de Estado de Segurança, Evaldo Martinelli, reconhece falhas no sistema e pretende investir em tecnologia no combate ao crime. Até o final do ano, segundo ele, haverá um sistema eletrônico para identificação de presos e civis. Confira:

### USO DA TECNOLOGIA

Estamos em fase de aquisição de equipamentos para implantar, até o final do ano, o banco eletrônico de digitais. O primeiro grupo agregado será de presos e o segundo, de civis. Hoje, o policial não tem como saber se uma pessoa abordada tem mandado de prisão. Se ela estiver sem identificação, temos que acreditar no nome que ela der. Podemos disponibilizar o sistema para a Justiça, para os presídios e para os DPJs. Os policiais podem ter um equipamento que identifique os abordados nas ruas.

### CONSÓRCIO METROPOLITANO

Até abril, será assinado um convênio para criação de um consórcio metropolitano. Os problemas da Grande Vitória devem ser tratados de forma conjunta. As pessoas que traficam e matam, em Nova Rosa da Penha, sequestram na Praia do Canto.

### ÁREA SOCIAL

Ainda não encontramos um sistema ideal, mas já me reuni com a secretária de Ação Social para discutir pontos de atuação. O investimento no aparelhamento da Secretaria de Segurança não é causa da não-integração com a área social. As duas coisas são necessárias.

### DESVIO DE FUNÇÃO

Hoje, o policial civil toma conta de preso, faz arquivamento de documentos é recepcionista. Vamos criar celas em delegacias, acabando com o desvio de função, até junho. Cada cidade vai ter sua cela. Investigadores vão ser treinados e requalificados para exercer a função.

### TRÁFICO E HOMICÍDIOS

Estamos priorizando os locais onde existem maior incidência de tráfico de drogas e homicídios. Nesses locais, está a causa das demais violências. O levantamento é baseado



nas prisões em flagrante. Esses assaltantes, em geral, são de regiões violentas e estão também no tráfico.

### USO DE ESTATÍSTICAS

Nossas ações estão baseadas em dados estatísticos. Temos que aperfeiçoar o sistema, sim, mas há uma qualidade razoável.

### INTEGRAÇÃO

As polícias Civil e Militar trabalharam em conjunto para coibir os incêndios aos ônibus. Acredito que, com o retorno das categorias ao trabalho, as polícias vão poder agir com maior rapidez. Nosso foco é colocar a polícia agindo com tecnologia e dar velocidade e transparência às investigações.

### SISTEMA PRISIONAL

Temos um problema com presídios e não é exclusividade nossa. São Paulo, que fez uma reformulação de 12 anos, está tendo problemas. Nós estamos mexendo há três anos. Estamos investindo para melhorar o sistema.

O NÚMERO

2,96%

Foi o percentual de redução de assassinatos, no Estado, em 2005, em relação a 2004. A redução significou, na prática, 52 mortes a menos. Considerando, apenas, os municípios da Grande Vitória, a redução foi de 7,33%, ou 95 assassinatos a menos.

#### 4 Falta de dados estatísticos que subsidiem as ações contra o crime

Comprar armamento, viaturas, contratar mais policiais, ou seja, investir num aparato repressivo sem que haja estudos e estatísticas que baseiem as ações, também não surtem muito efeito. O poder público deve investir no serviço de inteligência, contratar estudos e contar com uma estatística confiável. Esses dados devem ser a base das ações. Não adianta saber que as pessoas são assassinadas, por exemplo, sem investigar as áreas em que os homicídios ocorrem, os horários e as motivações. Da mesma forma, surge pouco efeito realizar blitzes aleatórias em áreas urbanas, em busca de suspeitos, sem saber se as essas áreas são os locais em que os criminosos costumam agir.

#### 5 Utilização dos DPJs como cadeias

Essa é uma medida ilegal e que é responsável do desvio de função dos investigadores, que acabam como guardas dos presos em delegacias. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), todo município deve ter uma cadeia pública para manter os presos provisórios, ou seja, que estão aguardando decisão da Justiça. Investigadores que ficam como guardar carcerários ficam impedidos de investigar os crimes e apontar os responsáveis pelos delitos. Nesse caso, a população também é prejudicada, pois precisa conviver com presos algemados nas entradas das delegacias, quando vai registrar uma ocorrência.

#### 6 Ações conjuntas e permanentes entre secretarias de governo não são uma prática

Dentro da própria esfera estadual, secretarias de segurança pública e de ação social e outras, como de saúde e educação, não se comunicam com eficiência e constância, traçando projetos em conjunto. Segundo os especialistas, ações, simplesmente, repressivas não surtem efeitos porque as áreas marcadas pela criminalidade carecem de investimentos na área de educação, saúde, lazer, além de oportunidades para jovens e adultos. Políticas públicas para reduzir o desemprego e aumentar a renda das populações pobres é fundamental para prevenir a criminalidade. A falta de oportunidades para jovens aumenta as chances de eles ingressarem no crime.

#### 7 Falta de investimentos numa polícia comunitária

A Polícia Militar, de acordo com os especialistas, deve repensar o papel apenas repressivo e adotar um postura comunitária nas bairros, sobretudo, nas comunidades carentes. A atuação de maus policiais, que formam grupo de extermínio ou aceitam propina, contribui para que a população enxergue militares como vilões. Por outro lado, se estiver presente, participando das reuniões de conselhos de segurança, conhecendo os moradores, sem marginalizá-los, os policiais vão mudar a imagem da corporação, se tornando aliados na formação de uma cultura pacífica.